

A PERVERSIDADE SOCIAL QUE ENGENDROU A EXCLUSÃO ESCOLAR GEROU O ANALFABETO

Maria Stela Santos Graciani [1]

Pensar um sujeito humano fora das relações sociais separa o mundo das necessidades do mundo da liberdade, do trabalho e do não trabalho, é encontrar-se numa compreensão idealista de sujeito humano. Gaudêncio Frigotto

RESUMO

Este texto trata dos analfabetos do mundo, coletivos pobres, excluídos, marginalizados que experimentam a insuportável ordem injusta, imoral das relações de produção, da apropriação da Terra, do espaço e da riqueza; daí que um de seus traços mais significativos e marcantes é a afirmação do ser humano e de suas necessidades e direitos, como prioritários em contraposição a uma moralidade ou imoralidade das regras do mercado, da produção e da exploração. Possuem outra racionalidade, outros modelos societários e outras orientações culturais conflitantes com as normas e os valores estabelecidos. Conforme analisa Arroyo (2003), explicitam uma luta permanente, reprimida e silenciada pelo controle dos padrões socioculturais: a ética, o conhecimento, a memória, as normas e os significados.

Palavras-chave: exclusão social, analfabetismo, exploração, pedagogia freiriana.

[1] Professora Titular da PUC-SP, Coordenadora do Curso de Pedagogia e do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC-SP – 2008.

THE SOCIAL PERVERSITY THAT ENGENDERED SCHOOL EXCLUSION HAS GENERATED ILLITERACY

ABSTRACT

This paper approaches the illiterate people of the world, the poor, outcast collectives, marginalized people who experience the unbearable, unfair, and immoral order of production relations, the appropriation of the Earth, of space and richness. Thus, one of its most characteristic and marking features is the affirmation of the priority of the human being and its needs and rights in opposition to a morality or immorality of the rules of market, production and exploitation. They have another rationality, other societal models and other cultural orientations conflicting with the established norms and values. According to Arroyo's analysis (2003), they explicit a permanent struggle, repressed and silenced by the control of social-cultural patterns: ethics, knowledge, memory, norms, and meanings.

Keywords: Social exclusion – Illiteracy – Exploitation – Freirian pedagogy.

LA PERVERSIDAD SOCIAL QUE HA ENGENDRADO LA EXCLUSIÓN ESCOLAR HA ENGENDRADO EL ANALFABETO

RESUMEN

Este texto trata de los analfabetos del mundo, colectivos pobres, excluidos, marginalizados que experimentan el insoportable orden injusto, inmoral de las relaciones de producción, de la apropiación de la tierra, del espacio y de la riqueza; por eso que uno de sus trazos más significativos y sobresalientes es la afirmación del ser humano y de sus necesidades y derechos, como prioritarios en contraposición a una moralidad o inmoralidad de las reglas del mercado, de la producción y de la explotación. Ellos poseen otra racionalidad, otros modelos societarios y otras orientaciones culturales opuestas a las normas e valores establecidos. Conforme analizado por Arroyo (2003), ellos explicitan una lucha permanente, reprimida y silenciada por el control de los padrones socioculturales: la ética, el conocimiento, la memoria, las normas y los significados.

Palabras clave: Exclusión social – Analfabetismo – Explotación – Pedagogía freiriana.

Os homens e as mulheres nascem em sociedades em condições e relações sociais e humanas determinadas, que não escolhem, mas que datam o seu tempo e espaço numa dada sociedade, marcando-os como seres humanos e históricos que são.

O sistema capitalista, neoliberal, globalizado, alimenta-se das diferenças socioeconômicas entre aqueles que detêm e controlam a produção e a maioria da população, que depende da sua capacidade de trabalho. As diferenças sociais são marcadas, portanto, pela divisão de classes, característica fundamental que garante, ao mesmo tempo, o poder econômico e político de um grupo social.

Sabemos que a maioria dos analfabetos se constitui de migrantes, processo intensificado desde 1950. Não pretendemos forjar uma imagem estereotipada de migrante não alfabetizado que sugeria a saída assistencialista, nem tampouco falar da necessidade de campanhas emergenciais para sanar os problemas do analfabetismo. Mas sim refletir sobre a situação típica de condições de vida de homens e mulheres que migram de suas terras de origem na busca de melhores condições de vida, sem contudo encontrar caminhos que quebrem a estrutura excludente que obstaculiza a apropriação da leitura e da escrita.

Os relatos de analfabetos revelam o movimento contraditório entre o desejo de aprender a ler e a escrever e as reais condições que inibem o acesso e a permanência em grupos de alfabetização, nas raras vezes em que têm essa oportunidade. Essa realidade é engendrada por movimentos que se opõem, requerendo a busca de caminhos, atalhos e veredas que encontrem a quebra desta exclusão social.

Os migrantes fizeram, ou fazem, trajetórias sempre buscando uma vida melhor rumo ao Sudeste. Suas vidas foram delineadas por determinações múltiplas: a esperança de encontrar soluções para a própria sobrevivência, a busca de trabalho e, inseridos no contexto urbano, a possibilidade de ler e escrever. Pois são oriundos de uma realidade de trabalho rural onde não há exigências de aprendizagem da leitura e da escrita, e, quando inseridos em uma comunidade urbana, vêem-se aprisionados ao circuito perverso e inibidor que alija suas possibilidades de integração ao ensino na escola pública.

Quando o analfabeto narra o desejo pela aprendizagem da leitura e da escrita, manifesta a necessidade de escrever o próprio nome quase como uma solução mágica para suas dificuldades diárias. Sua vida é marcada pela busca por uma melhor condição de sobrevivência e a possibilidade

de apropriação da leitura e da escrita aparece em uma perspectiva mítica da consciência ingênua, nos termos de Paulo Freire, 1996.

Há necessidade de encontrar um equilíbrio para a real situação do analfabeto, sem assistencialismo, que é o que colabora para a desumanização e coisificação do homem e é manifesto em diversas formas de ajuda aos explorados e expropriados de seus direitos.

Para Paulo Freire, o assistencialismo é uma ação que surrupia do homem a condição de sujeito e o desobriga de assumir sua própria responsabilidade. Assim, o homem é limitado a uma consciência ingênua, que consiste em uma apreensão humana restrita, que não condiz com a libertação. É necessário ultrapassar os desafios fora da órbita vegetativa e caminhar na direção do compromisso do homem com a sua existência.

O destaque e o aspecto fundamental, nessa concepção da relação de exclusão e a relação entre alfabetização como reprodução da escrita e da leitura, exige a criticidade da realidade. Não basta escrever o nome, copiar a ordem ou reproduzir parâmetros compostos pela sociedade: é necessário ocupar espaço próprio na sociedade, fundamental caminho de consciência crítica, chegar ao projeto próprio de emancipação (DEMO, 2006).

Portanto, Paulo Freire trata a educação em uma visão crítica e assume a conscientização e a cultura como categorias, base de sua argumentação. Entende que a educação, que é uma atividade humana, tem em si mesma a capacidade de minimizar a alienação e conscientizar. Assume os pressupostos teóricos do idealismo hegeliano e do materialismo histórico de Marx e defende uma postura crítica da educação que quer, a partir de diversos graus em que se encontra o oprimido não alfabetizado, a construção e a apropriação de leitura de mundo, de sua realidade, para ocupar seu papel de sujeito na sociedade. Portanto, é necessário que a educação contribua para a transição a um posicionamento crítico.

Um aspecto importante é o fato de que esses homens e mulheres que executam trabalhos braçais, não são sujeitos não-intelectuais e embora exerçam atividades predominantemente manuais são capazes de refletir sobre as relações sociais e de esboçar hipóteses explicativas das contradições do sistema e os mecanismos econômicos que promovem o desemprego, a luta e as condições de vida. Essa análise nos remete ao pensamento de Antonio Gramsci:

Não existe atividade humana (...) da qual se possa separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homo, fora de sua profissão, desenvolve

uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1979, p. 7-8)

Nesse sentido, é necessário considerar a identidade do analfabeto, como sujeito real, histórico e intelectual, e ao mesmo tempo considerar o processo de inclusão que favoreça a apropriação da leitura e da escrita.

Como se pode perceber, o cenário social, político e econômico da sociedade brasileira atual é marcado pela influência da globalização, cuja dinâmica está voltada para uma economia mundial e para a mundialização da cultura. As transformações são apoiadas pela complexidade do avanço científico que tem alterado, cada vez mais, as consagradas noções ligadas ao tempo, ao espaço e ao avanço das novas tecnologias. O combate às desigualdades sociais é um dos maiores desafios da atual sociedade brasileira, e a questão do analfabetismo, sem ser o único, é um dos mais sérios e significativos. A informação é uma marca significativa desse período histórico; a função de socializar o saber, em especial a aquisição da leitura e da escrita, constitui-se em ferramenta facilitadora para o trabalho e para a melhoria da qualidade de vida.

A perversidade cíclica, que inclui a sobrevivência, o trabalho e o desejo de aprender a ler e a escrever, precisa ser combatida por políticas públicas educacionais capazes de romper com a maledicência social presente em todo o País, seja pelo sistema escolar convencional, seja por experiências exitosas de experiências comunitárias de educação não formal, de movimentos sociais, universidades ou ONGs competentes.

Como afirma Gadotti: “O analfabetismo não é uma doença como se costuma dizer, mas uma negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O analfabetismo não é uma questão pedagógica, mas uma questão política”. (GADOTTI, 2000)

E a alfabetização pode, portanto, ser efetuada não só pelo ensino formal como no momento em que a educação se sujeita à pedagogia, à teoria da educação que cria situações de aprendizagem. O mesmo ocorre com a educação não convencionalmente formal, onde também os elementos educacionais necessários à apropriação da leitura e da escrita estiverem presentes, como afirma Brandão, 1995.

Não se trata de anular a escola, mas de compreendê-la da perspectiva dialética integradora, que ganha mais ingredientes com as propostas não formais, organizadas pela sociedade civil, ao redor de ações do chamado terceiro setor, abrangendo movimentos sociais e entidades sem fins lucrativos que atuam na área social.

Portanto, para a socialização dos meios de produção, é fundamental a socialização do saber elaborado, entendido como meio de produção, pois o nível de consciência dos trabalhadores aproxima-se de uma forma elaborada à medida que dominam os instrumentos de elaboração do saber. Nesse sentido, tanto a educação escolar quanto a educação popular, no tocante ao desenvolvimento da leitura e da escrita, são elementos fundamentais de luta pelo saber elaborado, como uma das principais ferramentas na consolidação do omnilateral, ou seja, não fragmentado, integral, partilhando saberes [2].

Na alfabetização, há uma relação entre o educador social e educandos, ambos sujeitos da construção e elaboração da estrutura pedagógica, tornando-se mais consoante à realidade do grupo social, favorecendo as possíveis adequações, objetivando a promoção de aprendizagem e a inclusão social.

No entanto, a escola de modelo formal, independentemente de estar próxima da comunidade, apresenta-se distante. Não está para o povo, ou seja, indo ao encontro de suas realidades, suas condições de vida e oportunizando caminhos que promovam escolarização daqueles que dela necessitam. Os estudantes trabalhadores, mais pobres, nem entram na escola e, se ingressam, dela são expulsos, seja pelo peso das formalidades estruturais, seja pelo peso do esgotamento das suas forças entregues ao trabalho braçal. Eles ainda precisam ter fôlego para estudar, e em condições desiguais às mesmas exigências que cabem aos estudantes não trabalhadores.

A fim de que esta dimensão ocorra, o educador precisa de competência técnica e compromisso político, que são partes integrantes de processos educacionais comprometidos com a transformação social, com o fortalecimento comunitário e com a democratização com inclusão social. E essa relação se dá fundamentalmente pela aproximação real entre quem educa

[2] Conceito marxista referente à totalidade e integralidade do ser humano. A divisão do trabalho produz a alienação e assim constrói o homem, dividido e distanciado da integração coletiva e da solidariedade efetiva. Para ampliar essa visão, ver MANACORDA, M. A. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991. p. 43-66; KOSIK, K. Dialética do concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 197-207.

e quem é educado, enfatizando a importância do amor à vida, ao homem e ao mundo, que é concretizado pelo diálogo, como afirma Paulo Freire, 1979a. A avaliação não se constitui como classificatória, como certo ou errado, mas como aproveitamento escolar, por meio da mediação das várias manifestações da situação de aprendizagem: avaliação da participação, da produção verbal e escrita. (HOFFMANN, 2004, p. 75)

Por essas razões, a escola pública precisa ser efetivamente assumida e ligada à realidade socioeconômica dos que a ela têm dificuldade de acesso e que são marcadas pelas inúmeras formas de exclusão. Nessas condições, os papéis do educador e do educando se entrelaçam, mediados por uma situação social e concreta que direciona a educação a uma realidade processual, humana, histórica, plena de relações sociais. Não há proposta política, a não ser a interdisciplinar, que dê conta de buscar a liberdade do sujeito alienado.

O que caracteriza, portanto, a perversidade social de seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, que sobrevivem ao massacre da diversidade das relações contraditórias do convívio social na sociedade capitalista é sua exclusão social.

Essa realidade já é lida pelo excluído: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. A linguagem e a realidade se prendem dinamicamente”. (PAULO FREIRE, 2006, p. 11)

As condições de vida, pois, apresentam oscilações de todos os tipos – de tempo, de condição social, de desigualdade, dentre outros aspectos –, são condições próprias desta sociedade com tantas disparidades sociais, entre minorias abastadas e maioria desapropriada de todos os bens, marcadas, pois, por interesses de grupos sociais, pautando a real condição humana. A história não pode ser apenas constituída de idéias, tomadas como autônomas e existentes fora dos indivíduos, nem favor do homem, mas na sua práxis, que é o pressuposto cultural e criador da condição humana, caracterizada por seus caracteres sociais e históricos. O homem social está relacionado à produção de sua própria vida, como afirma Marx (1979, p. 39):

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação destas necessidades (comer, beber, ter hábitos, vestir-se e algumas coisas mais), a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje,

como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

Marx compreende e define que o trabalho não é natural, mas uma construção histórica, tendo em si o aspecto negativo (expropriação e alienação) e o aspecto positivo (manifestação de si mesmo), definindo que o trabalho pode ser a liberdade do homem ou sua escravidão. Nesse sentido, a educação, sem ser o único, pode ser um dos elementos importantes na luta pela apropriação da liberdade humana. É nesse contexto que se situa a aprendizagem: como incorporação dos conhecimentos organizados e dos bens e valores culturais e sociais, como uma das situações em que se concretiza a relação social.

Como diz Buzzi (2002, p. 129), “quem se engaja na situação de sua existência – humana – no mundo, se distancia da liberdade e sua condição humana”.

O processo perverso social será rompido pelo próprio ser social, quando o processo educativo, sem ser o único, focar a relação entre o homem, a sociedade e a liberdade, uma vez que é o sujeito que constrói a sociedade, como produto histórico, com a capacidade de transformar a realidade entendida como um movimento permanente e inter-relacionado com a produção da própria existência; quando assume um projeto político de transformação social, com possibilidade real de caminho de liberdade e coexistência da diversidade humana, capaz de promover a própria condição humana dos que estão excluídos e injustiçados socialmente.

Paulo Freire ressalta a ação educativa:

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode conhecer (...) Para isso, é necessário que, em situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer. (PAULO FREIRE, 1979b, p. 28)

Por essas razões é que precisamos assumir as políticas públicas de educação, suas leis e as adequações no tocante à eliminação da perversidade social e à inclusão social.

Essa perspectiva ocorrerá quando entendermos, como Marx, que não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. O homem é um construto social, arquiteto de sua identidade, transformador da realidade pela ação da intencionalidade.

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, da renda de casa, dos sapatos, dos remédios, dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e enche o peito de ar dizendo que odeia a política. Não sabe, o idiota, que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e laçao dos exploradores do povo. Bertold Brecht

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel. Pedagogia em movimento: o que temos que aprender com os movimentos sociais. Currículo sem fronteiras, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Método Paulo Freire? 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BUZZI, A. R. A Identidade humana: modos de realização. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CACEMIRO, Z. F. de J. Trabalho, Alfabetização e Inclusão Social: trajetória de migrantes inseridos na comunidade do Areião – Guarujá-SP, 2008. Dissertação de Mestrado em Educação – Unisantos.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GADOTTI, Moacir. MOVA: herdeiro da educação popular. Porto Alegre: Secretaria da Educação, 2000.
- GENTILE, Pablo. (Org.) Pedagogia e exclusão. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 22. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004
- KOSIK, K. Dialética do concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MANACORDA, M.A. Marx e a Pedagogia Moderna. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.
- MARX, K. Ideologia Alemã. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- PAULO FREIRE. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. Teoria e Prática: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979a.
- _____. Extensão e Comunicação? 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.
- SEVERINO, A.J. Educação, Sujeito e História. São Paulo: Olho d'Água, 2001.